



CARTOGRAFIA LITERÁRIA: A CONSTRUÇÃO DO BRASIL ATRAVÉS DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS E NARRATIVAS

LITERARY CARTOGRAPHY: THE CONSTRUCTION OF BRAZIL THROUGH HISTORICAL DOCUMENTS AND NARRATIVES

Ariel Elias do Nascimento
ariel@uft.edu.br

Resumo

Este trabalho explora a inter-relação entre literatura e história, utilizando documentos históricos como a Carta de Pero Vaz de Caminha, o Tratado de Tordesilhas e o Tratado de Madri para investigar a formação da identidade nacional brasileira. Tendo por base o texto de Jacques Derrida, *Otobiografia*, a análise desses textos revela como narrativas literárias e políticas contribuíram para a criação e ocupação de territórios, legitimando o domínio das coroas europeias sobre o “Novo Mundo”. A pesquisa utiliza uma metodologia que combina análise documental e teórica, destacando a influência desses documentos na formação cultural e geopolítica do Brasil. Conclui-se que tanto a literatura quanto os discursos oficiais tiveram um papel fundamental na configuração territorial e na construção da identidade nacional brasileira, antecipando e moldando a realidade social e política do país. Dessa forma, o estudo demonstra a importância dessas fontes históricas na compreensão do processo de colonização e desenvolvimento da nação.

Palavras-chave: otobiografia; identidade; fronteiras.

Abstract

This work explores the interrelationship between literature and history, using historical documents such as the Letter of Pero Vaz de Caminha, the Treaty of Tordesillas and the Treaty of Madrid to investigate the formation of Brazilian national identity. Based on Jacques Derrida's text, *Otobiography*, the analysis of these texts reveals how literary and political narratives contributed to the creation and occupation of territories, legitimizing the domination of European crowns over the "New World". The research uses a methodology that combines documentary and theoretical analysis, highlighting the influence of these documents on the cultural and geopolitical formation of Brazil. It is concluded that both literature and official discourses played a fundamental role in the territorial configuration and in the construction of the Brazilian national identity, anticipating and shaping the social and political reality of the country. In this way, the study demonstrates the importance of these historical sources in understanding the process of colonization and development of the nation.

Keywords: otobiography; identity; borders.

Introdução

Este trabalho visa explorar a inter-relação entre literatura e o mundo, buscando entender como as narrativas literárias podem ser influenciadas por contextos históricos e geopolíticos, bem como de que maneira a literatura pode antecipar e moldar a cultura. A partir da análise de documentos históricos como a “Carta de Pero Vaz de Caminha”, o Tratado de Tordesilhas e o Tratado de Madri, será possível perceber como o discurso literário contribui para a formação da identidade nacional, em especial no contexto brasileiro.

137

O principal objetivo deste estudo é estabelecer um diálogo entre literatura e o cenário histórico para compreender a influência mútua entre ambos. Pretende-se, também, demonstrar como documentos com um viés jurídico e político, como os tratados mencionados, contribuíram para a consolidação de identidades nacionais e para a organização do espaço territorial. Os objetivos específicos incluem: analisar a “Carta de Pero Vaz de Caminha” como um marco literário e histórico do Brasil; compreender o papel dos tratados de Tordesilhas e Madri na configuração territorial e cultural da América do Sul e discutir a importância da literatura como forma de antecipação e representação da cultura e da política.

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, com análise documental e bibliográfica. A pesquisa será fundamentada em uma revisão crítica de fontes primárias, como a “Carta de Pero Vaz de Caminha”, o Tratado de Tordesilhas e o Tratado de Madri, e em fontes secundárias que analisam o contexto histórico e literário dessas obras. A análise será realizada com base nos conceitos de identidade cultural e geopolítica, utilizando teorias de literatura comparada e estudos culturais.

A metodologia deste estudo parte do conceito elaborado por Derrida na obra *Otobiografia*. Este texto parte da premissa de que os escritos, todos eles, antecipam e revelam as identidades formativas de quem os compõem e assinam, tornando um *locus* de estudo possível para debruçarmos na narrativa da Carta de Pero Vaz de Caminha.

Segundo Derrida, a otobiografia é definida como um método que busca ouvir as vivências presentes nos escritos dos autores. Essa abordagem enfatiza a importância de captar as experiências que influenciam a produção textual, considerando-as como fundamentais para a compreensão do texto.

Neste sentido, ele argumenta que a otobiografia envolve uma investigação que vai além da simples análise estrutural dos textos, propondo uma reflexão sobre a *dynamis* do texto, que é a força e a potência que conferem vivência e significado à produção escrita.

Assim, para Derrida, o conceito de otobiografia discute a interconexão entre a vida do autor e sua obra. A otobiografia, nesse sentido, é uma forma de entender a filosofia e a produção textual a partir das experiências pessoais do autor, reconhecendo que a vida e a obra estão intrinsecamente ligadas.

Partindo desta abordagem teórica e filosófica, este texto se propõe a estabelecer um diálogo entre literatura e mundo, no intuito de se perceber como o mundo interfere na literatura e como esta, enfim, antecipa a cultura. Para esta jornada, será colocado em diálogo as seguintes obras: Carta de Pero Vaz de Caminha, o Tratado de Tordesilhas e o Tratado de Madri.

Estes textos têm em comum não apenas a descrição geográfica do novo mundo, mas constituem um discurso régio que tem por fundamento criar um espaço, legislar sobre este espaço, ocupar o espaço; espaço determinado pelo texto, imposto pelo poder e consolidado pelo selo real.

Resultados e Discussões

A identidade de uma nação é fundamental para determinar os valores e sentidos que sua população, a qual não mede esforços para lutar por esta identidade. A história ocidental nos apresenta inúmeros momentos em que as identidades foram forjadas: temos as lutas pela emancipação da

Península Itálica e o território Germânico, em 1871. Temos a luta pelo território francês através das Guerras Gálicas onde ocorre uma série de campanhas de Júlio César (58 a.C.-51 a.C.) para a consolidação da identidade francesa; ou mesmo as lutas da Península Ibérica, que forjam sua identidade na medida que lutam pela reconquista territorial, outrora ocupado pelos mouros, em 711 d.C.

Em se tratando do Brasil, a construção de nossa identidade ocorre, num primeiro momento, não através de lutas, como nos exemplos acima, mas através de narrativas elaboradas no período das invasões portuguesas e pelos Tratados régios que dividiram o território. A literatura, assim, ao longo da história, tem desempenhado um papel fundamental na constituição das nações e na criação de identidades culturais. No caso brasileiro, esse processo de formação identitária se inicia com o documento conhecido como “Tratado de Tordesilhas” Pela cronologia documental, o Tratado de Tordesilhas é considerado o primeiro documento que versa sobre o Brasil.

O Tratado de Tordesilhas foi um acordo entre os reinos de Portugal e de Castela (Espanha), celebrado em 7 de junho de 1494, na cidade de Tordesilhas, na Espanha. Por este tratado, castelhanos e portugueses dividiram os territórios “descobertos” no contexto das Grandes Navegações. A divisão foi feita através de um meridiano a 370 léguas a oeste da ilha de Santo Antão, localizada no Arquipélago de Cabo Verde, na África. A parte oriental pertenceria a Portugal, e a ocidental, à Espanha.

É necessário contextualizar a história deste Tratado. Os reinos de Castela (Espanha) e Portugal foram pioneiros na expansão marítimo-comercial no século XV e XVI. Assim, havia uma disputa entre as duas coroas pela posse dos novos territórios. Desta maneira, os dois reinos assinaram vários tratados a fim de resolver a quem pertenceriam as novas terras.

O primeiro deles foi o Tratado de Alcáçovas (1479), que traçava um paralelo a partir das Ilhas Canárias. Dessa forma, as regiões descobertas ao norte seriam de Castela e as do sul, de Portugal. No entanto, esta perspectiva mudou com a chegada de Cristóvão Colombo à América, em 1492. Por isso, foram assinados a Bula Inter Coetera, em 1493, e o Tratado de Tordesilhas, em 1494, que substituíram o paralelo por um meridiano.

Em 4 de maio de 1493, o Papa Alexandre VI assinou a Bula Inter Coetera (do latim, “entre outros”). Este documento estabeleceu uma linha imaginária a 100 léguas a oeste do Arquipélago do Cabo Verde, na África. Assim, as terras localizadas a oeste do meridiano seriam espanholas e as que estivessem a leste, seriam portuguesas.

A Coroa portuguesa ficou descontente com o acordo, pois o limite estabelecido dificultava as navegações portuguesas no Oceano Atlântico. No ano seguinte, Dom João II, rei de Portugal, pediu a reformulação do tratado e conseguiu sua modificação em Tordesilhas.

O Tratado de Tordesilhas expandia as terras estabelecidas pela Bula Inter Coetera. A diplomacia portuguesa conseguiu que o limite do meridiano fosse aumentado de 100 para 370 léguas a oeste do Arquipélago de Cabo Verde na África.

Diante da assinatura do Tratado de Tordesilhas, países como França, Holanda e Inglaterra questionaram a divisão de terras entre Castela e Portugal. Desta maneira, armaram expedições para atacar os territórios já ocupados por portugueses e espanhóis.

O limite estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas caiu em desuso quando houve a União Ibérica (1580-1640). Nesse momento, tanto Portugal como suas possessões passaram a fazer parte da Coroa espanhola. Por seu turno, os colonos portugueses não precisavam ficar somente na costa e começaram a se aventurar no interior do território. Com essa expansão, foi necessário refazer os limites das colônias americanas entre os dois países, o que ocorreu através do Tratado de Madri, em 1750.

Com o Tratado de Tordesilhas, os portugueses garantiram para si parte das terras americanas do Hemisfério Sul. A insistência da parte do rei Dom João II em rever a Bula Inter Coetera é apontada como prova de que os portugueses sabiam que já havia terras nesta região. Por isso, a expedição de

Pedro Álvares Cabral, em 1500, teria também a missão de confirmar se esta suposição era verdadeira ou não.

A expedição de Pedro Álvares Cabral contava com 13 embarcações, sendo nove naus, três caravelas e uma naveta de mantimentos. Os líderes de cada uma das embarcações eram: Pedro Álvares Cabral, Sancho Tovar, Simão de Miranda de Azevedo, Aires Gomes da Silva, Nicolau Coelho, Nuno Leitão da Cunha, Vasco de Ataíde, Bartolomeu Dias, Diogo Dias, Gaspar de Lemos, Luís Pires, Simão de Pina e Pero de Ataíde.

A expedição de Cabral também contava com 1200 a 1500 homens, que zarparam de Lisboa no dia 9 de março de 1500. Após zarpar, a expedição navegou diretamente para o arquipélago de Cabo Verde, portanto, tomou uma rota distante da costa africana. A rota usual dos portugueses no rumo da Índia era mais próxima da costa, mas o caminho distinto sugere que eles tinham um roteiro diferente das demais expedições.

Com a chegada dos portugueses ao litoral das Terras Brasileiras, o escrivão mór da frota é encarregado de redigir um documento oficial a ser endereçado ao Rei. Assim, surge a “Carta de Pero Vaz de Caminha”, redigida em 1500. Esse documento, além de relatar a chegada dos portugueses ao Brasil, marca o início da literatura quinhentista no país e é frequentemente tratado como a primeira manifestação literária do Brasil.

Caminha descreve o “Novo Mundo” com grande deslumbramento, o que é perceptível na narrativa de suas impressões sobre o território brasileiro. Essa visão europeia exótica sobre o Brasil contribuiu para a construção de uma identidade que mesclava a percepção do colonizador com a realidade vivida pelos povos indígenas.

A “Carta de Pero Vaz de Caminha” ou “Carta a el-Rei Dom Manoel sobre o achamento do Brasil” foi um documento escrito pelo escrivão português Pero Vaz de Caminha. Redigida em 1.º de maio de 1500, em Porto Seguro, Bahia, foi levado para Lisboa sob os cuidados de Gaspar de Lemos, considerado um dos maiores navegadores de seu tempo.

Apesar de ter sido escrita no século XVI, a Carta foi descoberta muitos anos depois, no século XVIII, por José de Seabra da Silva (1732-1813). Ele era estadista, ministro e guarda-mor da Torre do Tombo. Sua aparição oficial e acadêmica é obra do filósofo e historiador espanhol Juan Bautista Munoz (1745-1799). No Brasil, sua primeira publicação foi em 1817, na obra “Corografia Brasileira”. Provavelmente, a primeira versão editada no Brasil foi do Padre Manuel Aires de Casal (1754-1821). Ele era geógrafo, historiador e sacerdote português que viveu boa parte de sua vida em território brasileiro.

Importante notar que a Carta de Caminha é considerada o primeiro documento redigido no Brasil e, por esse motivo, é o marco literário do País. Ele faz parte da primeira manifestação literária pertencente ao movimento do Quinhentismo. A composição textual da Carta se iniciada como um processo epistolar de praxe, a Carta, após desenvolver os primeiros parágrafos, realizando toda a reverência ao monarca D. Manuel I (1469-1521), irá continuar como um diário comum. Ela foi escrita em sete folhas, cada qual dividida em quatro páginas. Da conotação fonética das marcas ortográficas, vale citar que Caminha reproduz o estilo de época típico dos textos portugueses até o século XV. Sua periodização torna o manuscrito um produto organizado e bastante ordenado cronologicamente. O escrivão pontua seu texto de modo a provocar um efeito expressivo capaz de prender a atenção do leitor. Além de garantir que a leitura do manuscrito seja bastante simples.

A “Carta a el-Rei Dom Manoel sobre o achamento do Brasil” foi uma carta redigida para o rei, de modo a comunicar-lhe o descobrimento das novas terras. O deslumbramento dos europeus em relação à descoberta do “Novo Mundo” é bem evidente nos registros feitos por Caminha. Na Carta ele descreve suas impressões sobre o território que viria a ser chamado de Brasil. Ela documenta a composição física à primeira vista do território. Além disso, narra o episódio do desembarque dos portugueses na praia, o primeiro encontro entre os indígenas e os colonizadores, e a primeira missa realizada no Brasil.

O terceiro documento que faremos alguns apontamentos neste resumo expandido é o Tratado de Madri (1750). Este Tratado tinha o objetivo de substituir o Tratado de Tordesilhas (1494), estabelecendo assim, novas fronteiras entre as colônias de Portugal e Espanha na América.

Através deste Tratado, Portugal cedia a Colônia do Sacramento (no Uruguai) para a Espanha. Esta, por sua vez, dava o território ocupado pelos Sete Povos das Missões. O acordo foi assinado em 13 de janeiro de 1750 entre os reinos de Portugal e Espanha.

Para conquistar o direito a estas terras, o brasileiro Alexandre de Gusmão (1695-1753), embaixador e secretário de Dom João V, invocou o direito do “uti possidetis, ita possideatis”. Este princípio estabelece que aquele que ocupa um território é seu proprietário. Como na região dos Sete Povos das Missões havia portugueses, o argumento foi aceito pela Espanha.

Com o suposto sumiço do Rei Dom Sebastião na Batalha de Alcácer Quibir (1578), em Marrocos, Portugal ficou sem um herdeiro que pudesse ocupar o trono. Assim, o rei Felipe II alegou que era herdeiro do trono português como Felipe III. A partir daí, a Península Ibérica ficou nas mãos do Rei da Espanha.

A União das Coroas Ibéricas durou de 1580 a 1640 e terminou com o Golpe de Restauração de Portugal. A ocupação espanhola geraria o mito do “sebastianismo”, criado em torno da figura do “Rei Salvador” (Dom Sebastião). Diziam que Dom Sebastião retornaria a Portugal e tiraria seu povo do domínio espanhol. Neste momento, o Tratado de Tordesilhas perdeu sua validade, e os portugueses estabelecidos na colônia puderam circular livremente pelo território.

Após o Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, ficou estabelecido os limites de terras conquistadas entre os dois reinos da península ibérica: Portugal e Espanha. Com a União Ibérica, em 1580-1640, os portugueses haviam ocupado várias regiões que antes pertenciam a Espanha. Por isso, outro acordo teve que ser assinado entre os dois reinos. Em 1750, as duas nações estabelecem o Tratado de Madrid, onde Portugal cede a Colônia do Sacramento para a Espanha. Por sua vez, este país entrega o território que corresponde hoje ao estado do Rio Grande do Sul.

Após a apresentação de cada uma das fontes, nos cabe agora tecer algumas análises. A discussão que permeia os documentos do século XVI partem da lógica presente na literatura e no espírito da época, qual seja, narrativas sobre o mundo que se descobria, muito embasado na mentalidade apresentada nos textos, as quais tinham por base um mundo utópico. Há assim, toda uma estrutura narrativa baseada nas trovas medievais onde seus cantadores narravam aventuras mirabolantes, conquistas de espaços fantasiosos, amores, sonhos e desejos sobre o mundo e sobre os homens. Camões, Erasmo de Roterdã, Thomas Morus, Shakespeare, são alguns destes exemplos narrativos que fomentavam não apenas a discussão literária, mas sobretudo o imaginário social do medievo.

Podemos deduzir, assim, que a Carta, escrita pelo escrivão-Mór, Pero Vaz, é um relato que tem em sua estrutura narrativa, toda uma identidade descritiva e desejante de um universo novo, que se descobria e tentava colocar em palavras conhecidas, a Terra Brasilis. Ora, se se pretende colocar em palavras conhecidas um mundo desconhecido, deixa claro todo o processo de construção do Outro através da interpretação do narrador; em outras palavras, o Outro torna-se igual ao Eu lírico. Em síntese, a Carta configura não apenas a visão de mundo europeu, como estabelece regras, normas, para se efetivar o domínio sobre o território, tendo por base a identidade do Eu. Veremos algumas passagens deste documento para melhor embasar o argumento:

Isto tomávamos nós assim pôr o desejarmos; mas se ele queria dizer que levaria as contas e mais o colar, isto não queríamos nós entender, porque não lho havíamos de dar. E depois devolveu as contas a quem lhas dera.

Uma primeira observação a ser feita nesta citação é o desejo. O desejo confere a vontade de ter e/ou perceber o mundo; no caso em questão, esta vontade está relacionada à índole, à moral, percepções eurocêntricas utilizadas para nortear a identidade do Outro, visando enquadrar o

desconhecido na régua do que se desejava apresentar ao Rei de Portugal, Dom Manuel. Há que se perceber a sutileza do argumento, onde Caminha apresenta duas percepções morais, a desejada e a não desejada, reforçando na escrita da Carta a dualidade temporal da Reconquista portuguesa, a luta entre a Cristandade e o Islamismo, ou mesmo a dualidade apresentada nos textos bíblicos entre certo e errado, a pureza e pecado.

Vejamos outro exemplo de mundo narrado por Pero Vaz:

Eles, porém, andam muito bem cuidados e muito limpos. E naquilo me parece ainda mais que são como aves ou animais monteses, aos quais faz o ar melhor pena e melhor pelo de que às mansas. Porque os corpos seus são tão limpos, tão gordos e tão formosos, que mais não poderia ser. Isto me faz presumir que não têm casas nem moradas em que se acolham, e o ar, a que se criam, os faz tais. Nem nós ainda até agora não vimos nenhuma casa, nem maneira delas.

Pelo menos duas percepções são claras nesta passagem: 1) a saúde associada à higiene; 2) a saúde associada ao lar. O deslumbramento do olhar luso perante um universo desconhecido está em não compreender como estes dois princípios podem coexistir sem os parâmetros da urbanidade europeia: como é possível manter a higiene sem uma casa de banho? Como é possível manter-se saudável sem uma casa de alvenaria? Novamente, a base desta passagem está no estranhamento do Outro perante o universo do Eu; a aceitação o espaço do Outro só pode existir se tomar por base a visão de mundo do narrador.

Por conta das conversas em gestos e pela percepção do Outro pelo olhar de marujos europeus, Caminha deixa claro que “Essa gente é boa e de boa simplicidade”. O que podemos extrair desta passagem? Por qual princípio podemos perceber o Outro como bom ou mal? Como simples ou pomposo? Novamente o argumento da moralidade, pautado no universo luso e europeu, associado aos usos e costumes de adornos, vestimentas e culinária.

Mais adiante, o escrivão Pero Vaz de Caminha apresenta ao seu destinatário, o Rei de Portugal, através de uma inversão de papéis, a real natureza da frota cabralina:

E imprimir-se-á com ligeireza neles qualquer cunho que lhes queira dar. E pois Nosso Senhor, que lhes deu bons corpos e bons rostos, como a bons homens, e por aqui nos trouxe, creio que não foi sem causa. (...). E, segundo o que a mim e a todos pareceu, a essa gente não lhes falta outra coisa para ser toda cristã, senão entender-nos, porque assim faziam aquilo que nos viam fazer, como nós mesmos por onde nos pareceu a todos que nenhuma idolatria nem adoração têm. (...). Porém o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente e esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza bela deve lançar.

Esta passagem deixa claro a natureza da viagem: fincar a bandeira lusa em território alémmar, perfazendo o descrito na bula papal Tratado de Tordesilhas, onde, como já vimos, acaba por dividir o mundo conhecido entre os reinados de Portugal e Espanha, então os únicos reinados que disputavam os mares e as terras no período denominado de Grandes Navegações.

Estes poucos fragmentos aqui analisados amparam o argumento sobre a identidade. Este conceito não foi construído por dentro, mas foi imposto por fora, pelo olhar e pela visão de mundo, pela cultura e religião, pela organicidade linguística, a qual implica na organicidade do mundo, desconsiderando as culturas, línguas e rituais existentes no território conquistado. Nada diferente do que se propunha a colonização europeia; este cenário promoveu o epistemicídio e impôs todo um padrão de sociabilidade.

Autores como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freire, Luis da Camara Cascudo, Darcy Ribeiro e Caio Prado Júnior, dentre muito outros, ao se debruçarem sobre o período colonial e dialogarem com a formação da “brasilidade”, apresentam as teses de um povo cordial e submisso,

concomitante a este processo de uma identidade que se apresenta, temos a configuração pautada em arquipélagos identitários, devido aos vários núcleos de colonização, forjando uma ninguindade, pois não há um discurso centralizador que pautar uma identidade nacional.

Após a análise sobre a Carta, os Tratados representam a parte administrativa desta visão de mundo, desta divisão do mundo, onde os textos são representados por mapas, os quais utilizam da língua conhecida para nomear o desconhecido. Registram os territórios e suas geografias, não para conhecer e descrever, mas para se apossar. As fronteiras deixam de ser geográficas para se tornarem políticas. As identidades dentro de cada fronteira correspondem às identidades europeias mandatárias: Território Português e Território Espanhol (identidade portuguesa e identidade espanhola). Dividir o espaço arbitrariamente é outra forma de promover o epistemicídio, pois com a divisão há a imposição de regras outras no universo dos povos originários localizados na América Latina.

Seja no Tratado de Tordesilhas, quando o mundo é dividido entre possessões portuguesas e espanholas, seja no Tratado de Madri, após a União Ibérica, quando se decide sobre as fronteiras de cada coroa dentro do território brasileiro, a remodelação dos espaços, a imposição de fronteiras, a regulação através de novas leis, novos ordenamentos régios e jurídicos, faz da identidade brasileira um amálgama de muitas outras vozes, constituindo um espaço de variadas culturas, línguas, imaginários.

Considerações Finais

A literatura e os documentos históricos analisados neste estudo desempenharam um papel crucial na formação da identidade nacional brasileira e na configuração do espaço territorial do país. A “Carta de Pero Vaz de Caminha”, o Tratado de Tordesilhas e o Tratado de Madri são mais do que simples textos; são marcos da interseção entre política, cultura e literatura, e serviram como instrumentos de poder e controle territorial. A partir dessa análise, pode-se concluir que a literatura não apenas reflete a realidade, mas também a antecipa e contribui para sua construção.

Uma carta não é simplesmente um relato, mas um testemunho, uma forma de narrar. Ela descreve o que o olho viu, mas também contém elementos de ficção. Compreender a carta que relata a chegada dos portugueses ao Brasil não como a mera descrição de uma terra desconhecida, mas como a perspectiva ficcional de um europeu diante de um novo mundo, é crucial. Isso ajuda a desconstruir o conceito de “descobrimento” (a ideia de que havia algo a ser descoberto) e nos permite perceber que essa ficção de viagem integra um projeto tanto vitorioso quanto falho. Ao ler a carta, destacamos o que Pero Vaz enxergava e não compreendia, mas admirava. Talvez seja essa visão que fez Portugal se encantar e, de certo modo, se transformar em Brasil. A carta, insisto, é um testemunho, e todo testemunho revela muito sobre nós mesmos.

Esses textos compartilham o objetivo de criar e consolidar um espaço geográfico sob o domínio do poder europeu. Para além de simples relatos ou acordos, eles são expressões literárias e políticas que antecedem e moldam a cultura das nações emergentes.

Além disso, é importante destacar a maneira como esses documentos foram utilizados ao longo do tempo para legitimar ocupações territoriais e promover a construção de uma identidade nacional. O Tratado de Madri, por exemplo, baseado no princípio do “*uti possidetis, ita possideatis*” (quem ocupa o território tem direito à sua posse), foi um marco para a consolidação das fronteiras brasileiras, abrindo caminho para a integração de diversas regiões ao território nacional.

Esses textos serviram, assim, como catalisadores de mudanças políticas e sociais, sendo essenciais para o desenvolvimento da identidade nacional brasileira. O estudo desses documentos nos permite compreender melhor o processo de colonização e como as narrativas literárias e jurídicas contribuíram para moldar não apenas a história e a cultura, mas a identidade brasileira.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000.
- CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta a El Rei D. Manuel**. São Paulo: Dominus, 1963. Disponível em: <https://www.portalabel.org.br/images/pdfs/carta-pero-vaz.pdf>.
- CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000.
- CASCUDO, Luís da Camara. **Tradição, ciência do povo**. São Paulo: Global, 2013.
- CASTRO, Silvio. **A Carta de Pero Vaz de Caminha: o descobrimento do Brasil**. Porto Alegre: LP&M, 2000.
- CORREA, Jessica Aparecida. **O Tratado de Madri (1750) e as políticas territoriais pombalinas: uma abordagem geográfica e histórica**. XVII INIC / XIII EPG / III INID - UNIVAP 2013. Disponível em: <https://tinyurl.com/ylbahn2y>.
- CORTESÃO, Jaime. **A Expedição de Pedro Alvares Cabral e o Descobrimento do Brasil**. Paris/Lisboa: Livraria Aillaud/Bertrand, 1926.
- DERRIDA, Jacques. **Otobiografías: la enseñanza de Nietzsche y la política del nombre próprio**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2009.
- FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala: a formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Editora Record, 1998.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLANDA. Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.
- MONTEIRO, Silas Borges. **Otobiografia como escuta das vivências presentes nos escritos**. Revista Educação e Pesquisa. São Paulo, v.33, n.3, p. 471-484, set./dez. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022007000300006>.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1909.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Belo Horizonte: Editor Itatiaia, 2000.

Recebido para publicação em fevereiro de 2025.

Aprovado para publicação em junho de 2025.